



Gotadãgua

Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia Ano XXIX – Nº 33 – 23 de setembro de 2015

SURPRESA E CONTRADIÇÃO

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO
Gab. Des. Marizete Menezes Correa
R DO CABRAL, 121, ED COQUELHO COSTA, NAZARE, SALVADOR - BA - CEP: 41100-010
TEL: (71) 33197304 - EMAIL: gab.marizetemenezes@trt5.jus.br

Diante o exposto, DEFIRO A MEDIDA ANTECIPATÓRIA postulada para determinar à empresa suscitada que se abstenha de promover o desconto dos dias não trabalhados em razão da greve, sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00.

Consigno, ainda, que o pagamento dos dez dias de salário descontados do mês de julho/2015, embora referido no bojo da causa de pedir da tutela antecipada, não constou de forma expressa do pedido daquela medida liminar, pelo que será apreciado, oportunamente, quando do julgamento da causa.

DIANTE DO EXPOSTO, DEFIRO A MEDIDA ANTECIPATÓRIA postulada para determinar à empresa suscitada que se abstenha de promover o desconto dos dias não trabalhados em razão da greve, sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00.

Consigno, ainda, que o pagamento dos dez dias de salário descontados do mês de julho/2015, embora referido no bojo da causa de pedir da tutela antecipada, não constou de forma expressa do pedido daquela medida liminar, pelo que será apreciado, oportunamente, quando do julgamento da causa.

Desembargadora muda de decisão e deixa corte de salário para o julgamento do dissídio

Num espaço de apenas oito dias, a desembargadora Marizete Correa, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), provocou uma reviravolta total ao modificar sua decisão sobre o corte dos dias de greve em agosto: se no último dia 10 ela havia proibido o desconto, na última sexta, dia 18, deixou a questão para o julgamento do dissídio coletivo. Foi uma decisão inesperada e contraditória. Diante disso, o Sindicato entrou com embargo de declaração nesta segunda (dia 21), para que a desembargadora explique de novo o que efetivamente deseja. Até agora não foi marcada data para o julgamento do dissídio. **PÁGINA 2**

Nova proposta de extraturno é aprovada pelos operadores da Cetrel S/A

A aprovação aconteceu durante reunião no Sindicato, no último dia 15, depois que a empresa apresentou uma nova proposta. Ela mantém os 18 minutos como tempo gasto na passagem de turno, mas o pagamento do retroativo aumentou de 1,5 para 1,7 da remuneração. Agora será marcada uma reunião para discutir a mesma proposta com operadores da DAC e, posteriormente, com os da Cetrel Lumina. **PÁGINA 2**

CONTRA AJUSTE FISCAL, CUT CONVOCA PARA MOBILIZAÇÃO EM 3 DE OUTUBRO
PÁGINA 4

SUPREMO, ENFIM, BARRA O FINANCIAMENTO PRIVADO NA POLÍTICA. FALTA DILMA CONFIRMAR DECISÃO
PÁGINA 4

TRABALHADORES DO SAAE DE JUAZEIRO TÊM DUPLA COMEMORAÇÃO: ACORDO COLETIVO E PLANO DE CARGOS SALÁRIOS
PÁGINA 3

Desembargadora muda decisão e corte do salário de agosto será julgado com o dissídio

Numa reviravolta total num espaço de oito dias, de modo inesperado e contraditório, a desembargadora Marizete Correa, relatora do processo de dissídio coletivo instaurado pelo Sindicato contra a Cerb, modificou a decisão dada anteriormente, em caráter liminar, proibindo o corte de salário dos (das) empregados (da) no mês de agosto. Na última sexta (18), à noite, foi divulgada nova decisão dela na qual deixa para julgar todos os dias cortados (um total de 40) somente no julgamento do próprio dissídio coletivo, contrariando o que ela determinou em liminar dada no último dia 10.

A nova decisão dela aconteceu em recurso (embargo de declaração) impetrado pelo Sindicato, uma vez que a Cerb não queria, como não fez, cumprir a decisão liminar determinando que se abstivesse “de promover o desconto dos dias não trabalhados em razão da greve, sob pena de multa diária de R\$ 50.000,00”.

Para surpresa geral, ao julgar o recurso a desembargadora mudou de ideia e deixa a decisão do corte dos dias parados para o

julgamento do dissídio, que ainda não teve data marcada pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Diante disso, o Sindicato entrou com novo embargo de declaração, na última segunda (21), para que a desembargadora explique de novo o que efetivamente deseja e, ao mesmo tempo, objetivando a manutenção da decisão anterior.

Para mudar de opinião, a desembargadora alega, ao analisar o recurso, que, “quando da apreciação da tutela antecipada (liminar), a empresa ré já havia efetuado o desconto do salário relativo ao mês de agosto/2015 dos empregados que aderiram ao movimento paradedista. Assim sendo, a tutela inibitória consubstanciada na abstenção do desconto salarial, concedida antecipadamente, somente poderia abarcar descontos futuros que a empresa ré, eventualmente, viesse a realizar nos salários dos seus empregados grevistas”. Incorreu, de novo, em contradição: o dissídio coletivo, junto com o pedido de liminar, chegou ao Tribunal em 11 de agosto, antes do corte de salário daquele mês. Ou seja, o pedido de liminar tinha justamente o objetivo de impedir os chamados

descontos futuros, uma vez que a empresa já havia efetuado o corte de 10 dias em julho.

Não bastasse isso, quando concedeu a liminar em 10 de setembro, ela afirmou que a greve foi legítima e que a conduta da Cerb se revelava ilegal, uma vez que o corte de salário força o trabalhador a retomar suas atividades pondo fim ao movimento grevista, algo assegurado pela lei. Cita, ainda, o caráter alimentar do salário e que, “sendo a greve um direito legítimo, alçado à categoria de direito fundamental com sede constitucional (...), eventual realização de descontos na remuneração do trabalhador (...) revela a flagrante hipótese de violação aos direitos e garantias fundamentais dos trabalhadores, com o que não pode compactuar o Judiciário”.

Infelizmente, ao promover tamanha reviravolta em sua decisão, a desembargadora está permitindo a Cerb violar esses direitos. Resta, agora, aguardar a decisão sobre o novo embargo de declaração impetrado pelo Sindicato e também o julgamento do dissídio coletivo.

Operadores da Cetrel S/A aprovam proposta do extraturno. Falta a decisão sobre a DAC

Durante reunião realizada no Sindicato na noite de terça, dia 15, operadores da Cetrel S/A aprovaram a nova proposta da empresa para o pagamento do adicional do extraturno. Ela mantém os 18 minutos como tempo gasto nos preparativos do (da) empregado (a) para assumir e deixar a função (passagem de turno), mas aumentou de 1,5 para 1,7 da remuneração o valor do pagamento do retroativo de quem trabalhou nos últimos cinco anos.

O retroativo será pago de uma só vez, mas a data do pagamento vai depender da Justiça, uma vez que o Sindicato fará uma ação em nome dos operadores interessados e no curso dela será fechado o acordo sobre o retroativo. Importante salientar que nessa ação pelo Sindicato só poderão participar quem for filiado (a), diferentemente do adicional do extarturno, pois este, assim que for feito o aditivo ao acordo coletivo, ele será pago mensalmente a todos (as), independentemente de filiação ao Sindicato.

A Cetrel S/A informou que, por ela, o pagamento do retroativo pode ser feito até em novembro. Vale salientar que, no valor proposto (1,7 da remuneração) não estão incluídas as repercussões salariais sobre outras parcelas, a exemplo de férias, décimo-terceiro salário, horas extras etc.

DAC E CETREL LUMINA – Toda a negociação conduzida pelo Sindicato até então, visando o pagamento do adicional de extraturno, abrangeu Cetrel S/A e DAC. Como na reunião da última terça (15) só estavam presentes dois operadores da DAC, será realizada uma reunião no próximo dia 1/10 às 14h na sede do Sindicato para que decidam se aceitam ou não a proposta de acordo. Logo em seguida será feita a negociação abrangendo operadores (as) da Cetrel Lumina, utilizando a mesma proposta como parâmetro. Todas essas empresas pertencem a um mesmo grupo econômico.

Público prestigia lançamento de documentário no Sindae

EDMILSON BARBOSA



Um bom público participou, no auditório do Sindae, na última sexta (18), do lançamento nacional do documentário “Terceirização, a Bomba Relógio”, dirigido por Carlos Pronzato. Antes e após a exibição, houve debates sobre o tema. Ele traz depoimentos de pesquisadores, professores, médicos, advogados, procuradores do trabalho e lideranças sindicais sobre as consequências danosas da terceirização, fazendo uma abordagem desde a origem da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) até os dias atuais. O filme tem cerca de 45 minutos e brevemente estará disponibilizado na internet, segundo Pronzato, também diretor de vários documentários acerca do mundo do trabalho.

Senador promete, em audiência na Bahia, colocar freio nessa proposta escandalosa

MANOEL PORTO

Durante audiência pública realizada na Assembleia Legislativa da Bahia na última sexta (18), o senador Paulo Paim (PT-RS) prometeu todo o empenho para impedir a aprovação do projeto de lei, originário da Câmara dos Deputados, que permite a terceirização ampla. Relator do projeto que agora tramita no Senado, depois de aprovado pelos deputados, Paim disse ter estratégias para colocar um freio nessa proposta escandalosa de precarizar ainda mais o trabalho no Brasil.



Além dele, dois senadores baianos presentes, Lídice da Mata (PSB) e Otto Alencar (PSD), firmaram posição contrária ao PLC 30/2015, antigo PL 4330. O auditório ficou lotado de representantes de entidades e mais de 40 trabalhadores (as) do saneamento baiano também se fizeram presentes: a reunião da diretoria ampliada do Sindae foi suspensa no turno da manhã para que todos (as) pudessem participar do evento. Dirigentes de várias centrais sindicais também debateram e repudiaram a proposta.

A secretária da Anamatra, Ana Cláudia Scavuzzi, disse que a terceirização, por estatísticas já comprovadas, é responsável pelo maior número de acidentes de trabalho ocorridos no Brasil. "De cada 5 acidentes com morte, 4 são de trabalhadores terceirizados. O trabalho é para viver, não para morrer. A sociedade não pode admitir isso", afirmou.

Ao final da audiência foi aprovada a Carta Aberta da Bahia contra a Terceirização

ção, que também pede a regulamentação da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil já é signatário e que garante aos assalariados o direito à estabilidade no emprego. Ela foi lida pelo deputado Joseildo Ramos. Além dele, estiveram presentes os deputados Bira Côrrea, Marcelino Galo e Moema Gramacho.

O projeto está tramitando na Comissão de Direitos Humanos do Senado (CDH) e a audiência na Bahia foi a 14ª, de 26 previstas, para discutir o tema com a sociedade brasileira. O debate foi proposto pelo Fórum Permanente em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização.

DUPLA COMEMORAÇÃO

Trabalhadores (as) do Saae de Juazeiro ganham acordo coletivo e plano de cargos

Para compensar o longo tempo de espera das negociações, e de idas e vindas, trabalhadores (as) do Saae de Juazeiro têm uma dupla comemoração a fazer: finalmente está fechado o novo acordo coletivo trazendo 16,84% de reajuste salarial e no mês que vem eles (elas) irão ganhar o primeiro plano de cargos e salários, um antigo sonho da categoria.

No caso do reajuste, 8,34% referentes à inflação do último ano serão aplicados retroativamente a primeiro de maio, e 8,5% a partir deste mês, na forma de recomposição de perdas salariais relativas a 2013. O pagamento desse percentual acabou premiando o esforço dos (das) trabalhadores (as), reconhecido pela gestão, trabalho esse que tem resultado na melhoria da arrecadação da autarquia e na redução na perda de água.

Houve também muita luta para que isso acontecesse. Inicialmente o Saae se manteve firme na proposta de conceder reajuste de 8,34% e manter a gratificação como vinha sendo praticada. A categoria rejeitou e propôs 8,34% para repor

a inflação e mais 9% para recompor as perdas. Depois disso é que se chegou ao resultado final, após muita luta e mobilização dos (das) empregados (as).

PLANO DE CARGOS – A implantação do plano de cargos e salários sempre foi uma das prioridades da categoria e, apesar da mobilização feita por vários anos, sempre acabou ficando para outro momento. Este ano, contudo, a Prefeitura resolveu fazer um plano de cargos para os (as) servidores (as) municipais e outro específico para o Saae.

A proposta do plano de cargos e salários partiu de uma parceria feita entre a Prefeitura e a Fundação Getúlio Vargas e toda sua elaboração foi acompanhada pelo Sindae, que integrou a comissão também formada por representantes dos (das) servidores (as) municipais. A homologação do plano está anunciada para 28 de outubro, dia do servidor público, durante uma grande festa. Um pouco antes, entre os dias 15 e 20 de outubro, será dado conhecimento da tabela salarial a ser praticada, o que tem gerado grande expectativa na categoria.

NR 12 E ESTATAIS – O senador Paulo Paim também anunciou na audiência que será mantida a Norma Regulamentadora Nº 12, do Ministério do Trabalho, que regula o trabalho em máquinas e equipamentos. A derrubada dela no Congresso, como solicitada por empresários, também iria colocar em risco a vida e a integridade física de trabalhadores (as) da cidade e do campo. O Sindicato dos Bancários da Bahia também aproveitou para entregar aos senadores presentes um ofício com o pedido de rejeição do PL 555 do Senado, conhecido como Lei Geral das Estatais, que permite a transformação de empresas públicas em sociedade anônima, ou seja, aberta ao capital privado.



Patrão nosso
De cada dia,
Dia após dia.



Secos e Molhados

CUT Nacional convoca mobilização, dia 3 de outubro, contra ajuste fiscal

Além do apoio ao Dia Nacional de Luta, nesta quarta (23), para pressionar o governo a conceder reajuste salarial aos servidores públicos federais, a CUT Nacional está convocando os movimentos sociais e sindicais para o Dia Nacional de Mobilizações, chamado pela Frente Brasil Popular, a ser realizado no próximo dia 3, em todo o país. A mobilização é em protesto contra as medidas do pacote de ajuste fiscal e por outra política econômica, além da defesa da Petrobrás e da democracia.

Em nota, a direção da Central explica que continuará mobilizando suas bases, unificando as categorias em campanha salarial em torno das palavras de ordem "Nenhum direito a menos", "Nenhuma demissão", defendendo ganhos reais de salário e a democracia. Diz ainda que a saída para a crise atual "é pela via do crescimento que preserve o patrimônio públi-

co, promova o emprego, distribua melhor a renda, diminua as desigualdades sociais e aumente a proteção social".

O pacote de ajuste fiscal, segundo a CUT, provoca recessão e impede o crescimento econômico. Para combater a crise, é necessário o equilíbrio orçamentário, com medidas de combate à sonegação fiscal, taxação das grandes fortunas e da remessa de lucros das multinacionais, além de uma política tributária progressiva. O pacote, além disso, foi anunciado sem qualquer diálogo com a sociedade, particularmente com os setores que vêm dando sustentação social ao governo, sustenta a nota da Central.

As políticas de "austeridade" para gerar superávit primário ajudam banqueiros e especuladores de títulos da dívida pública. "Os setores que apostam neste tipo de política que aguçou a crise são os mesmos interessados

em rebaixar salários e retirar direitos, fragilizar os sindicatos, para criar condições para um modelo econômico que amplie as desigualdades sociais, fazer novas entregas do patrimônio público, diminuir a proteção social, reduzir ao mínimo as funções do Estado e colocar o país numa situação de subordinação aos interesses das corporações multinacionais".

TOMENota

VELHO CHICO

As seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), de estados banhados pelo Rio São Francisco, estão entrando com uma ação civil pública cobrando dos governos federal e estaduais proteção urgente para o Velho Chico, hoje praticamente seco em diversos pontos. O mesmo já foi feito no Rio Parnaíba, o principal do Piauí. Essas ações foram sugeridas durante a I Conferência Internacional de Direito Ambiental, realizada recentemente em Campo Grande (MS).

EFEITO ESTUFA

Há grande expectativa que, finalmente, os governantes se atentem para a urgência de reduzir a poluição no mundo. Países membros da União Europeia acabam de fechar posição comum para a Conferência do Clima, em Paris (COP 21), contemplando uma redução de 40% das emissões de gases de efeito estufa até 2030, 50% até 2050 e uma "neutralidade de carbono" até 2100. Um dos desafios da conferência, em dezembro, é obrigar os países a cumprirem as metas estabelecidas, algo hoje refutado pelos maiores poluidores, especialmente os Estados Unidos e China.

VIOLÊNCIA

O país inteiro está sendo varrido por uma assustadora de violência. Na última quarta (16), em Porto Alegre, o diretor da CUT Metropolitana e vice-presidente do Sindicato dos Servidores Públicos do Rio Grande do Sul (Sindsepe-RS), Rogério da Silva Ramos, 52 anos, foi assassinado a tiros por bandidos numa parada de ônibus. Segundo a polícia, ele teria reagido ao assalto.

FALECIMENTO

O ex-compaheiro Valter Roberto Alves de Andrade, lotado no escritório da Embasa em Dias D'Ávila, faleceu na última quarta (16) e foi sepultado no dia seguinte no cemitério de Juazeiro.

STF derruba dinheiro de empresas na política e o Brasil pede a Dilma para confirmar decisão

Uma importante decisão a favor da jovem democracia brasileira foi tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na última quinta (17), ao julgar inconstitucional, em ação movida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a doação de recursos de empresas privadas para partidos e políticos. Com isso, deu à presidente Dilma Rousseff a oportunidade de vetar o projeto de lei aprovado na Câmara dos Deputados, uma semana antes, autorizando o financiamento privado de campanhas, uma das principais fontes, senão a principal, da corrupção política no país.

A decisão (placar de 8 a 3) foi tomada após o ministro Gilmar Mendes engavetar o processo por um ano e cinco meses, a fim de atrasar a discussão. Ele foi um dos que votou a favor da manutenção do fi-

nciamento privado e ao proferir o seu voto teve um comportamento deplorável, retirando-se do plenário de forma deslegante para não ouvir esclarecimentos do representante da OAB, autora da ação, sendo, inclusive, repreendido pelo presidente do STF, Ricardo Lewandowski.

A decisão do STF deve aumentar a pressão para que a presidenta Dilma Rousseff vete o financiamento empresarial, previsto na contrarreforma política aprovada na Câmara. Ela tem até o próximo dia 30 para tomar a decisão. "A CUT se soma à outros entidades e movimentos que hoje pedem à presidenta: "veta Dilma". A doação privada para campanhas é o centro dos sucessivos escândalos de corrupção que gangrenam o sistema político brasileiro", afirmou Julio Tura, diretor executivo da CUT.

Gotad'água

EXPEDIENTE

Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia (Sindae), filiado à FNU/CUT;
Responsabilidade: Diretoria Executiva;
Editor: José Sinval Soares;
Comp. e Impressão: Gráfica do Sindae;
Tiragem: 3.000 exemplares;
Endereço: Rua General Labatut, nº 65, Barris. Salvador – Bahia
CEP: 40.070-100; Tel.: (71) 3111-1700; Fax: (71) 3013-6913
Email: sindae@sindae-ba.org.br

RECICLÁVEL



SIGA-NOS:

